

RELATÓRIO DE ACESSIBILIDADE 2020 RESUMO EXECUTIVO

A pandemia do Covid-19 revelou a escala e as consequências da exclusão digital e destacou a necessidade urgente de encontrar soluções para a desigualdade digital.

Os governos estão sendo forçados a reavaliar as prioridades e a encontrar soluções inovadoras para uma série de desafios nas áreas de saúde, emprego, educação e resiliência econômica. Considerando que a Internet e a tecnologia digital irão desempenhar um papel cada vez mais importante no nosso mundo, os governos devem desenvolver políticas para fornecer conectividade acessível e significativa para todos.

O Relatório de Acessibilidade de 2020 analisa a evolução das políticas para reduzir o custo do acesso à Internet em 72 países, e ressalta a importância dos planos Nacionais de Banda Larga (PNBLs) que sejam eficazes no fornecimento de condições para que os preços da Internet diminuam.



Progresso na política e preços em queda

Os dados sobre políticas e preços evidenciam tendências na direção certa. Nos últimos cinco anos, a banda larga móvel tornou-se mais acessível e as pontuações do Índice de Impulsionadores de Acessibilidade (ADI - Affordability Drivers Index) aumentaram na maioria dos países em todas as três regiões analisadas - África, América Latina e Caribe e região da Ásia-Pacífico - sinalizando uma melhoria nas políticas de banda larga.



As políticas de banda larga continuam a melhorar. A pontuação média do ADI nos países analisados aumentou 13,6 pontos, de 42 para 55,6 desde 2014, com melhorias mais notáveis em países de baixo rendimento.



É na África que se veem os maiores avanços nas políticas. Embora a África continue a ser a região com a pontuação média mais baixa no ADI, observou-se uma melhoria mais rápida (6,7% desde 2019), com os países melhorando o seu planejamento, efetuando uma melhor gestão do espectro e com programas de apoio para reduzir a lacuna de gênero digital.



Os preços da banda larga móvel caíram consistentemente entre os países incluídos no ADI, com a diminuição do custo médio de 1 GB de dados mais da metade desde 2015, de 7,0% para 3,1% da renda média mensal.

Embora a queda dos preços possa ser explicada, em parte, por melhorias tecnológicas e outras eficiências, uma política governamental forte é a chave para reduzir custos e garantir que o acesso à Internet seja acessível a todos.



A região Ásia-Pacífico é líder no desenvolvimento de estratégias de banda larga. A nível regional, os países da Ásia-Pacífico têm as maiores pontuações médias no ADI relacionadas às políticas de estratégia de banda larga e acesso público à Internet. Além disso, os consumidores pagam preços relativamente mais baixos: menos de 1,5% da renda média mensal por 1 GB de banda larga móvel.



Em Ruanda, cujo plano nacional de banda larga nacional é eficaz, o valor de de 1GB de dados caiu para menos de um quinto do preço de 2015, de 20,2% para 3,39% da renda média mensal. O país progrediu mais rápido do que os seus vizinhos da África Oriental, que têm planos de banda larga menos robustos.



Os três países que lideram o índice deste ano - **Malásia, Colômbia e Costa Rica** - destacam-se todos com as três pontuações mais altas no que se refere a seus planos nacionais de banda larga. Todos eles cumprem a meta de acessibilidade "1 por 2" das Organização das Nações Unidas (ONU), que corresponde ao gasto máximo de 2% da renda média mensal por 1GB de dados.

O desafio de alcançar o acesso universal à Internet

Embora a tendência geral seja encorajadora, o progresso na redução de preços permanece muito lento, especialmente porque a pandemia do Covid-19 mostrou que o acesso à Internet não é um luxo, mas uma verdadeira tábua de salvação. Apesar dos avanços relacionados às políticas públicas, ademais, as diferenças nacionais persistem, impondo sérios desafios ao acesso universal.

Mais de um bilhão de pessoas vivem nos 57 países da nossa pesquisa que ainda não atingiram a meta de acessibilidade “1 por 2” da ONU. 1 GB é o mínimo necessário para que alguém use a Internet de forma eficaz. No entanto, o elevado preço pago pela conectividade faz com que que bilhões de pessoas estejam a perder até mesmo essa volume de dados básico. Quase metade da população mundial permanece sem acesso à Internet e muitos outros não têm conectividade significativa que lhe permitiria ter acesso à educação online, ao trabalho remoto ou aos serviços de telessaúde.

Os governos devem agir para reduzir o custo do acesso à Internet, o que exigirá grandes montantes de investimento: a análise da A4AI concluiu que são necessários **USD\$ 428 bilhões adicionais de financiamento**, nos próximos 10 anos, para conectar todos a uma banda larga de qualidade até 2030. Para ter sucesso, no entanto, esse financiamento deverá de ser combinado com políticas eficazes, um planejamento forte e uma implementação efetiva. Tal esforço inclui investimentos urgentes em habilidades digitais, desenvolvimento de conteúdos e fortalecimento de estruturas políticas que possam apoiar o acesso a uma conectividade significativa. Os governos precisam de planos nacionais de banda larga robustos para conseguir atingir este objetivo.

Por que planos nacionais de banda larga (PNBLs)?

Os planos nacionais de banda larga são necessários para que se alcance a redução de preços e para que o crescimento seja inclusivo. Com metas claras, eles fornecem um roteiro acordado pelos diferentes atores envolvidos e criam responsabilidades para o progresso seja contínuo.

O ADI avalia se os países têm um plano nacional de banda larga e avalia se tais planos definem metas claras e com prazo determinado em relação à acessibilidade da Internet.



A maioria dos países (90% dos estudados) possui algum tipo de PNBL. No entanto, a qualidade desses planos varia consideravelmente.



Apenas dois terços dos planos analisados foram elaborados após consultas públicas. Os planos elaborados com o apoio de consultas públicas, tiveram maiores metas e em sua maioria atingiram pontuações mais altas no ADI e em suas estratégia geral de banda larga.



52 países (80% dos planos) definiram ao menos uma meta relacionada à cobertura 4G, acesso fixo, acesso rural, custos de dispositivos ou preços da Internet.

Como os planos nacionais de banda

larga tornam a Internet mais acessível

Fazendo com que os investimentos públicos sejam mais eficazes

Os países com planos nacionais de banda larga bem desenvolvidos tendem a obter uma pontuação mais alta no ADI uma vez que têm estratégias de investimento público claramente definidas e direcionadas, apoiando assim o crescimento digital inclusivo e reduzindo custos.

Encorajando investimentos do setor privado

Os planos nacionais de banda larga fazem com que o setor privado possa confiar no seu planejamento de longo prazo, e investir em melhor cobertura e acessibilidade. Os processos abertos de formulação de políticas fornecem estabilidade para o crescimento de mercados dinâmicos e competitivos.

Criando novas parcerias e fontes de responsabilidade

As práticas inclusivas para a elaboração de planos nacionais de banda larga têm uma influência positiva na eficácia desses planos. Tais práticas reúnem partes interessadas em variados os setores para alinhar interesses e expectativas, e construir confiança.



Os governos podem reduzir os custos de conectividade com um melhor planejamento de políticas de banda larga

Com base em evidências de arcabouços político-regulatórios de banda larga em 72 países de baixa e média renda, este relatório recomenda três ações de alto nível para um melhor planejamento da banda larga:

1

Consultas públicas: os planos de banda larga devem incluir contribuições de um conjunto diversificado e representativo de participantes do setor privado, do setor público e da sociedade civil.

Isso é crucial para sopesar todos os interesses; identificar problemas e soluções de mercado; e compreender os possíveis impactos em diferentes grupos e indivíduos. Com o tempo, tal colaboração facilita a construção da confiança; e promove a eficiência no setor e incentiva a cooperação.

2

Objetivos claros: Um plano deve ter metas que abordem as lacunas mais críticas de um país, assim como medidas claras e atreladas a prazos. Os planos devem incluir, ao menos, uma meta para cobertura de rede e acessibilidade de dados.

Isso pode fornecer objetivos concretos no decorrer da implementação do plano e permite que as partes interessadas sinalizem deficiências em sua implementação. Essas metas são cruciais para manter todas as partes interessadas envolvidas no sucesso do plano.

3

Compromissos de financiamento: um plano de banda larga deve conter compromissos de financiamento e uma avaliação transparente, para além de um processo de revisão, pelo menos a cada dois anos.

A implementação de planos nacionais de banda larga requer financiamento público, bem como apoio contínuo para a coleta e análise de dados que podem ser usados para medir o progresso dos planos e publicar atualizações. Sem apoio financeiro para sua implementação, os planos nacionais de banda larga não conseguem causar um impacto de longo prazo no desenvolvimento digital de um país.

O histórico de políticas e preços de banda larga nos últimos anos deixou clara a necessidade dos planos de banda larga. Os países que não contam com um plano, ou que definem um plano de maneira pouco ambiciosa, correm o risco de adiar oportunidades de crescimento digital, tanto em termos econômicos como sociais. À medida que os países procuram redefinir as suas metas de longo prazo para sua recuperação após a pandemia de Covid-19, o planejamento de políticas de banda larga deve ser uma parte central desse processo. As experiências dos 72 países estudados neste relatório fornecem evidências sobre o que os governos podem e devem fazer.